

ATA INSTITUCIONAL – 1ª MESA DE NEGOCIAÇÃO 2026 – TJSP

Local: Palácio da Justiça - Sala 510

Data: 19 de fevereiro de 2026

Participantes:

TRIBUNAL DE JUSTIÇA	
Desembargador	Dr. Irineu Jorge Fava
Assessora da Presidência - Gabinete Civil	Dra. Gabriela Fragoso Calasso Costa
Assessor da Presidência - Gabinete Civil	Dr. Airton Pinheiro de Castro
Assessor da Presidência - Jurisdicional	Dr. Mauro Antonini
Assessor da Presidência - Recursos Humanos	Dr. Renato Siqueira De Pretto
Secretária de Gestão de Pessoas	Vanessa Cristina Martiniano
Secretário de Orçamento e Finanças	André Laursen Pavani
ENTIDADES DE CLASSE	
AASPI - Associação Nacional dos Assistentes Sociais e Psicólogos da Área Sociojurídica	Fatima Elizete Zanoni Mastelini
AASPTJSP - Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do TJSP	Luiza Gabriella Dias de Araujo
AECOESP - Associação dos Escreventes Técnicos Judiciários do TJSP	Ivo Ribeiro - Representado pelo José Carlos Babosa De almeida
AFFOCOS - Associação da Família Forense da Comarca de Sorocaba	Mauricio Carlos Queiroz
AJESP FRANCA - Associação dos Servidores do Judiciário do ESP	Valmir Marcelino de Oliveira
AOJESP - Associação dos Oficiais de Justiça do ESP	Cassio Ramalho do Prado
APATEJ - Associação Paulista dos Técnicos do Judiciário	Ednaldo Aparecido Batista

ASJCOESP - Associação dos Serventuários da Justiça dos Cartórios Oficiais do ESP	Eliel Melo
ASSETJ - Associação dos Servidores do Tribunal de Justiça do ESP	Geraldo Francisco Martins de Carvalho Júnior
ASSISJESP - Associação Ituveravense dos Servidores do Tribunal de Justiça do ESP	Valdir Gaspar de Andrade
ASSOJUBS - Associação de Base dos Trabalhadores do Judiciário do ESP	Michel Iorio Gonçalves
ASSOJURIS - Associação dos Servidores do Poder Judiciário do ESP	Carlos Alberto Marcos (Alemão)
EXEFE-AOJ - Associação dos Oficiais de Justiça dos Ofícios das Execuções Fiscais Estaduais	Luiz Tadeu Milito
FENAJUD - Federação Nacional dos Trabalhadores dos Estados	Mario José Mariano
FESPESP - Federação das Entidades de Servidores Públicos do ESP	Diogenes Francisco Marcelino
PÚBLICA central do Servidor	José Gozze
SINDICATO UNIÃO - Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do ESP	Helen Patricia Merim
SINJURIS - Sindicato dos Trabalhadores e Servidores Públicos do Judiciário Estadual	Adolfo Benedetti Neto (Pardal)
SINTRAJUS - Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário do ESP da Baixada Santista Litoral Norte e Vale do Ribeira	Alexandre dos Santos

Abertura dos trabalhos

O Desembargador Irineu Jorge Fava abriu a sessão, agradeceu a presença das entidades e registrou o caráter pioneiro da Mesa de Negociação no Judiciário, destacando a importância de transparência, objetividade e foco em resultados factíveis. Indicou que a finalidade deste encontro foi definir pautas para as próximas reuniões e alinhar temas prioritários remanescentes de gestões anteriores.

Palavra do Presidente

Por videoconferência, registrou-se que o Presidente Desembargador Francisco Eduardo Loureiro deu as boas-vindas, lamentou a ausência presencial por compromisso inadiável em Brasília e reafirmou que as reuniões da Mesa serão previamente agendadas, com pauta definida e tempo de fala para organizar os trabalhos. Sinalizou continuidade da prática iniciada na gestão anterior, com diálogo permanente e perspectiva de novos encontros ao longo do biênio.

Pontos tratados:

1 Recomposição salarial e perdas

As entidades mencionaram as perdas salariais desde 2009, com destaque para os anos da pandemia e períodos sem data-base, apresentando estimativas de defasagem entre 25% e 31% com base em estudos próprios. A SGP solicitou o envio do estudo detalhado (metodologia, séries e abatimentos já concedidos) para confronto com os cálculos internos; o pedido foi acolhido pelas entidades.

A Administração ressaltou que houve recomposição parcial na gestão anterior e informou que os estudos prosseguem, considerando limites orçamentários e institucionais.

2 Adicional de Qualificação (AQ)

As entidades reiteraram que o AQ decorre de acordo trabalhista firmado na Mesa de Negociação anterior e foi condição para encerramento da greve, manifestando preocupação com a morosidade na ALESP. Apontaram como entrave a emenda dos pós-doc, e solicitaram intervenção direta do Tribunal

A Administração informou que acompanha o tema, reconheceu o atraso causado pela emenda e a Gestão se comprometeu a aprofundar tratativas com a ALESP para acelerar a tramitação.

3 “Descongela” (adicionais, quinquênios e licença-prêmio)

A SGP explicou que o Tribunal está finalizando ferramenta para cálculos automáticos aplicáveis a mais de 41 mil servidores.

Por ordem técnica e de impacto financeiro, a implementação seguirá prioridade: (1) ATS, quinquênios e sexta-parte, já considerando o período congelado; (2) licença-prêmio (indenizatória); e (3) retroativos que dependem de lei.

As entidades cobraram prazos objetivos. A Assessoria da Presidência informou que a expectativa é lançar os ajustes dos ATS e sexta-parte na folha de pagamento de março (crédito em abril); a Administração ressaltou que fará ampla divulgação assim que as atividades operacionais estiverem concluídas.

4 Nomeações

A Administração informou que as nomeações foram retomadas em fevereiro/2026 e trabalha para manter fluxo mensal, condicionado a orçamento e andamento dos concursos.

Oficiais de Justiça: concurso do interior com prazo de validade até julho/26 e que não cabe prorrogação; porém, foi informado que há estudos em andamento para novo concurso, considerando projeção de aposentadorias até 2027; entidades pediram atenção a comarcas com cumulação citando Ilhabela e Caraguatatuba.

Psicólogos e Assistentes Sociais: concursos homologados, pendente definição de métrica objetiva de produtividade, embora existam estudos em andamento; as nomeações continuarão sendo feitas, sendo necessário definir novos critérios.

Contadores: concurso em andamento, homologação prevista para julho; a SOF registrou que a demanda por contadores é centralizada na Capital por rotinas parametrizadas. As entidades pediram calendário de nomeações.

5 Outras pautas apresentadas

Auxílio-nutrição (aposentados) – Pedido de criação do benefício; consta que o assunto já tramita em expediente.

Extensão do auxílio-funeral (pensionistas) – Solicitação para ampliar o alcance do benefício; consta que o assunto já tramita em expediente.

Gratificação para agentes de segurança/fiscalização – Entidades pediram gratificação própria (não aplicável a GDAC); SGP orientou reenvio de proposta com fundamentos e impacto e indicou que a avaliação depende de estudo e, se cabível, de lei.

Plano de cargos e Carreiras / Nível superior para escreventes – O Sindicato União, por meio de sua Presidente, entregou uma proposta para análise da Presidência, tendo sido recebida pela secretária de gestão de pessoas. As entidades solicitaram reunião específica sobre o tema.

Infraestrutura (Praia Grande e Santos) – Foi informado que será protocolado um ofício com sugestões para atendimento dos servidores da Comarca de Praia Grande que não tinham condições de trabalhar de forma remota durante o período de fechamento do prédio em razão de problemas na cabine primária de energia elétrica. A situação foi regularizada no último dia

13/02. Em relação à Comarca de Santos, foram informados problemas com os elevadores. A Presidência informou que há providências/contratações emergenciais em curso.

Comissões paritárias - As entidades solicitaram a retomada das comissões.

Foi ponderado que havia excesso de comissões com assuntos que competem a mesma fonte orçamentária e sugeriu-se aglutinar os grupos por afinidade/impacto, reduzindo o número e aumentando a efetividade.

Ficou indicado que as entidades apresentarão proposta de agrupamento, a ser discutida na próxima mesa.

Próximos passos e calendário

Próxima mesa: **17/03/2026** (pré-agendada), após fechamento do índice de data-base e assembleias das entidades.

Portaria: a Presidência está finalizando ato que institucionaliza a Mesa de negociação com periodicidade bimestral.